

IX ENCONTRO DA ABCP

Área Temática: Gênero, Democracia e Políticas Públicas

**Veja a representação de mulheres na política:
uma análise sobre corporalidade, *ethos* feminino e vida privada**

Kátia Azambuja – Mestranda pelo IPol/UnB
Mateus Fernandes – Doutorando pelo IPol/UnB

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

Veja a representação de mulheres na política: uma análise sobre corporalidade, *ethos* feminino e vida privada

Kátia Azambuja – Mestranda pelo IPol/UnB
Mateus Fernandes – Doutorando pelo IPol/UnB

RESUMO

Este artigo sintetiza pesquisa de mestrado que analisou 316 matérias, publicadas na revista *Veja* ao longo das últimas quatro décadas, abordando a atuação das mulheres no campo político. Com isso, investiga-se modos de representação discursiva da *Veja* sobre mulheres que têm atuado na política nacional e internacional entre 1969 e 2010, partindo-se da premissa de que a mídia pode contribuir com os obstáculos estruturais que dificultam a presença das mulheres nos espaços de poder ao propagar visões de mundo que tendem a reforçar a naturalização de hierarquias patriarcais. A fim de verificar a hipótese de que a *Veja* reproduza uma imagem ‘mascarada’ das mulheres que atuam no campo político, encobrendo sua atuação política e destacando sua vida privada, detalham-se elementos que compõem os estereótipos de gênero da representação das mulheres pela *Veja* e que facilitam a reprodução dessa naturalização. Para isso, propõe-se apresentá-los por meio de três categorias de análise: i) corporalidade, que trata das representações estetizantes e corporificadas; ii) *ethos* feminino, que detalha a ideia da representação por uma ‘feminilidade’ universalizante; e iii) vida privada, que discute como elementos da esfera privada da vida dessas mulheres são expostos publicamente. Busca-se colocar em discussão a interferência dessas narrativas, no contexto brasileiro, sobre a construção da imagem da mulher na política. Concluímos que as referências às mulheres envolvidas na política seguem constantes, de modo a corporificá-las, a dar destaque a suas vidas privadas e a insinuar a existência de uma feminilidade universal dentro da qual elas deveriam atuar.

Palavras-chave: estereótipos de gênero, teoria política feminista, revista *Veja*, mulheres na política, dicotomia público e privado

Veja a representação de mulheres na política: uma análise sobre corporalidade, *ethos* feminino e vida privada

Por Kátia Azambuja e Mateus Fernandes***

Introdução

Durante as últimas quatro décadas, a revista *Veja* representou discursivamente mulheres que atuam no campo político. Uma maneira de evidenciar como isso tem sido feito é por meio da análise de matérias, publicadas em diferentes sessões, que abordam a atuação de mulheres na política. Dessa forma, nesse artigo – fruto da pesquisa de mestrado da autora – pretende-se indicar, discutir e analisar os modos como a revista *Veja* representou e representa mulheres presentes e atuantes no campo político nacional e internacional nas últimas quatro décadas, identificando se houve ou não mudanças nessa representação ao longo desse período. As protagonistas dessas matérias são tanto mulheres candidatas a ou detentoras de cargos públicos (eletivos ou não), quanto primeiras-damas. As matérias abrangem o período entre fevereiro de 1969 e dezembro de 2010. Com isso, visa-se ampliar a compreensão sobre a construção, reprodução e a consolidação da imagem da mulher e, em especial, no que tange a sua atuação política no Brasil.

A *Veja* foi escolhida como objeto dessa análise por ser a revista semanal de maior circulação no Brasil e por estar em terceiro lugar no mundo – depois das estadunidenses *Time* e *Newsweek*, segundo informações do *site* da Editora Abril¹. Também por essa relevante circulação, ela exerce grande influência na opinião pública, chegando a interferir em pautas políticas nacionais de forma contundente. Para analisar os mais de 40 anos de publicação da revista *Veja*, desde sua fundação, em setembro de 1968, até dezembro de 2010, optou-se por fazer um recorte temporal que contemplasse anos de eleições nacionais e viradas de década – ou seja, momentos em que fica mais evidente a interferência midiática nas pautas políticas nacionais. Assim sendo, foram consideradas todas as edições de 1969 e 1970; de 1979 e 1980; de 1989 e 1990; de 1999 e 2000; de 2009 e 2010. Constituiu-se, desse modo, um *corpus* analítico com um universo de 316 matérias, entre notas, artigos e entrevistas. Como subsídio à análise do material empírico, utiliza-se da Teoria Política Feminista, acompanhada de estudos relacionados à mídia e à reprodução de estereótipos de gênero, pois ela embasa e dialoga diretamente com as análises feitas aqui,

* Kátia Azambuja é mestra em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e autora da dissertação de mestrado cuja pesquisa foi utilizada na elaboração desse artigo. Contatos: <http://lattes.cnpq.br/5907699583885105>

** Mateus Fernandes é doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Contatos: <http://lattes.cnpq.br/7638306035299034>

¹ Disponível em: <<http://www.grupoabril.com.br/institucional/sobre-abril.shtml>>. Acessado em: 28.03.2013.

ao argumentar que os estereótipos são produzidos e reproduzidos no cotidiano e perpassam diferentes esferas da vida, uma vez que compõem as práticas e experiências dos indivíduos.

Assim, ao analisar este *corpus* notamos que, por priorizar comentários sobre a aparência ou sobre questões da vida privada de mulheres, em detrimento da ação ou do acontecimento gerador do fato a ser noticiado, a mídia parece tentar ‘mascarar’ essa atuação, possivelmente inferindo que mulheres públicas e politicamente atuantes são agentes de ‘práticas desviantes’ por estarem em um campo naturalizadamente masculino. Dessa maneira, partimos à verificação da hipótese de que a *Veja* reproduz uma imagem ‘mascarada’ das mulheres que atuam no campo político, encobrendo sua atuação política e destacando sua vida privada.

Além do mais, constatamos que a cobertura jornalística dada a mulheres que atuam no campo político difere da dada a homens públicos, pois mesmo quando noticiam algo relacionado à vida pessoal desses homens, tal cobertura é acompanhada de certa valorização, agregando-lhe capital cultural e simbólico diferenciado, como o gosto por arte, por literatura ou por vinhos, por exemplo. É de se supor, então, que haja alguma relação entre representações da competência masculina na esfera pública e representações da masculinidade na vida privada que exclui, de maneira significativa, sua vida familiar e afetiva². Restava, no entanto, o questionamento sobre quais seriam os interesses específicos – e os mecanismos de sua reprodução, que levam a *esse modo* de representação – acerca da vida privada de mulheres políticas.

Se a cobertura jornalística acerca de mulheres na política é quantitativamente pequena, observou-se que ela também é repleta de estereótipos, além de ser reducionista e simplista. Uma pesquisa sobre a presença de mulheres e homens, que atuam no campo político, em telejornais e revistas entre 2006 e 2007 mostrou, por exemplo, que “as mulheres são apenas 12,6% das personagens dos telejornais e 9,6% das personagens das revistas, confirmando sua posição de subalternidade na política institucional, que é tomada amplamente como política pelos telejornais.” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 156). Esse entendimento de que política é a política institucional foi comprovado, também, pelo número irrisório de matérias sobre mulheres envolvidas em algum movimento social: apenas 15 das 316 matérias analisadas em nosso *corpus*.

Finalmente, com a organização do banco de dados, obteve-se respostas às perguntas do questionário sobre aparência, vida privada e difusas referências a ‘coisas de mulher’ – *grosso modo*, a características (socialmente positivadas ou negativadas) consideradas ‘femininas’ – configurando-se assim as três categorias de análise propostas a serem utilizadas aqui, nas três partes em que se subdivide esse artigo: i) corporalidade; ii)

² A esse respeito, cf. BIROLI, 2010, p. 294.

ethos feminino e; **iii**) vida privada. A partir delas, pode-se melhor observar os estereótipos de gênero reproduzidos quando o foco se atém à corporalidade ou à vida privada e afetiva de mulheres públicas, além de se compreender melhor o funcionamento dos mecanismos que engendram as (e são engendrados por) normatizações e naturalizações, tanto do ‘feminino’ quanto do ‘desviante’. Com isso, então, podemos analisar a perspectiva discursiva do semanário de modo mais abrangente, no que diz respeito à continuidade das reproduções no período, e também de modo mais específico, no que diz respeito às imagens representadas.

Dessa maneira, cada categoria de análise está descrita em uma das três sessões do artigo. Essas, por sua vez, são apresentadas em duas etapas: **i**) a partir de mecanismos de reprodução (naturalização da normatização ; normatização pela naturalização ; publicização da dominação) e; **ii**) por meio de imagens representadas (imagens ‘mascaradas’ das mulheres ; imagens das mulheres ‘desviantes’ ; imagens ‘públicas’ das mulheres).

Análise: sobre a corporalidade

Das 316 matérias analisadas, 110 (34,8%) fazem menções e referências à auto-apresentação e à aparência das protagonistas: algumas comentam a cor dos cabelos ou dos olhos das personagens, ou tratam da roupa que elas estão vestindo; outras aprofundam-se em detalhes estéticos sobre seu peso, sobre a dieta alimentar ou sobre cirurgias plásticas feitas pelas protagonistas, frequentemente com avaliações valorativas e normatizantes. Nesse sentido, nota-se que tais matérias utilizam-se de estereótipos como ferramenta cognitiva para essa valoração, isto é, para sentenciar se a protagonista está ou não de acordo com o esperado, com os padrões estéticos socialmente entendidos como válidos.

Assim, a primeira categoria de análise desse capítulo, corporalidade, é utilizada para abordar matérias que se remetem diretamente ao corpo estetizado, à aparência física ou à auto-apresentação estilística das protagonistas, representando-as de forma corporificada. Em outras palavras, com essa categoria podemos apontar as diversas vezes em que se destaca, por exemplo, mais o modo de se vestir da protagonista do que a importância de sua ação ou de suas ideias – já que elas, ações e ideias, sendo o conteúdo mesmo do campo político, deveriam ser, preponderantemente, o conteúdo noticiado.

Mulher pública, corpo visível: naturalização da normatização

É possível observar, em todo o período analisado, a incidência de comentários – desde um comentário sutil até uma descrição detalhada – sobre o corpo ou sobre a auto-apresentação das primeiras-damas em contraste com a invisibilização de suas ações, como em: “May é uma exuberante morena de 27 anos e estava vestida com justíssimas calças de couro negro.” (*Veja* 22, de 05/02/1969). A matéria fala sobre 'Flor de Neve', esposa do vice-presidente do Vietnã, mas considerada como primeira-dama no Vietnã do Sul. Ao descrever como “justíssimas” as “calças de couro negro” da “exuberante morena”, o texto dá um ar sexualizado de “admiração sem nenhuma pureza” à representação de Dang Thi Tuyet May Ky, além de invalidar a manifestação política – um protesto contra a presença da Frente de Libertação Nacional na primeira reunião das “*Vietnam War Peace Talks*” – que ela estava protagonizando em Paris, em dezembro de 1968.

Exemplar, nesse mesmo sentido, é uma matéria sobre as esposas dos candidatos a Presidência da República na eleição brasileira de 1989 que, ao traçar o perfil de cada uma delas, apresenta descrições estéticas e/ou comentários sobre o guarda-roupa ou o modo de vestir das protagonistas: Rosane Collor “usa roupas bastante *sóbrias* e carrega na maquiagem”; Neuza Brizola “é uma mulher vaidosa e reconhecida pela *elegância*”; Sylvia Maluf “é a que tem o guarda roupa mais amplo e mais *discreto*” e “diariamente ela prepara uma maquiagem que ressalta seus lábios.”; Marisa da Silva tem “olhos esverdeados, cabelos louros”; Mora Guimarães “gosta de *roupas clássicas e boas joias*, mas dispensa pintura no rosto, lançando mão apenas de um batom.”; Silvia Domingues “gosta de vestir-se com *descrição*, tem *modos refinados* e fala com desenvoltura”, além de “modos delicados, de jeito simpático e sorriso de plantão nos lábios.” (*Veja* 1096, de 13/09/1989, grifos nossos). A única esposa de candidato a quem a matéria não faz referência estética é Lila Covas. Fica explícito o modo como a matéria normatiza o vestir de uma primeira-dama (esposa de candidato), exaltando o modo “discreto” e “elegante” das personagens, além de naturalizar tais descrições.

No Brasil, vale dizer, foi somente a partir de Rosane Collor como primeira-dama que houve acompanhamento massivo, por parte de *Veja*, das mulheres públicas e, portanto, da sua estética e auto-apresentação. Antes de Rosane, os comentários sobre primeiras-damas brasileiras eram menos comuns na *Veja*, talvez porque os presidentes fossem, em sua maioria, militares (alguns não eram casados) ou, ainda, porque suas esposas não participassem tão direta ou explicitamente da política, sob influência do regime ditatorial.

É importante pontuar aqui que a organização da representação de mulheres e homens na mídia não é baseada somente na hierarquia entre os gêneros e sim em uma confluência entre gênero, classe social e orientação política. Dependendo de como se dá a combinação dessas três categorias, isso implica em maior ou menor visibilidade e/ou em

uma visibilidade mais ou menos estereotipada por parte da mídia. Por isso, pode-se evidenciar que Marisa da Silva, esposa de Luís Inácio Lula da Silva, é a única mulher cujo modo de vestir não é mencionado na matéria de 1989 citada acima: ela pertence, nessa época, a uma classe social diferente das demais esposas de políticos citadas. Presume-se, daí, que a *Veja* ressalta e trata como norma um padrão estético e estilístico de uma determinada classe social, a dominante; o que está fora desse enquadramento é o desviante.

Ainda assim, ser desviante desses padrões de beleza, mesmo fazendo parte da classe dominante, é algo condenável pela *Veja*, o que pode ser observado no excerto a seguir, cujo tom avaliativo comenta a aparência de Barbara Bush, então primeira-dama estadunidense:

Barbara se veste com simplicidade e seu manequim é 48. Regime nem pensar. Ela tampouco tingi a cabeleira branca, não esconde os seus 63 anos de idade e faz questão de dizer que o seu onipresente colar de pérolas de quatro voltas é uma peça de bijuteria comprada por 90 dólares. “Ele serve pra esconder as rugas do pescoço”, explica Barbara. *Gorda, enrugada e envelhecida*, Barbara já se confessou magoada com os comentários maldosos que a dão como “mãe” do novo presidente americano. (*Veja* 1064, de 25/01/1989, grifo nosso).

Com a imagem exposta em um quadro-apêndice, citado no trecho acima, Barbara Bush é descrita como “gorda, enrugada e envelhecida”, além de ser visível o desdém da matéria para o fato de a própria Barbara não esconder a idade que tem. A posição da revista demonstrada aqui reforça padrões estéticos socialmente construídos e a objetificação do corpo da mulher, além de invalidar a opção de alguma mulher querer ter sua aparência natural, sem tingir os cabelos ou sem fazer dieta de restrição alimentar. Nem a antropóloga Ruth Cardoso, enquanto primeira-dama do Brasil, escapou aos comentários e às avaliações sobre sua aparência:

A cerimônia foi fria, a festinha foi chocha, o discurso foi assim, assim – mas a primeira-dama, quanta diferença! Ruth Cardoso 1999, bem mais a vontade em público, deu de 10 a zero na Ruth Cardoso 1995. Num conjunto de vestido e casaco de crepe bege assinado pela estilista Marie Toscano, sapato e carteira impecáveis, joias de ouro e brilhantes de Carla Amorim (presente do marido), ela subiu a rampa do Palácio do Planalto para a segunda posse exibindo todas as incontáveis melhorias visuais, desde os óculos até o cumprimento da saia, alcançadas em quatro anos. (*Veja* 1580, de 13/01/1999).

Em resumo, o que fica manifesto é que, na representação avaliativa acerca da auto-apresentação de primeiras-damas, *Veja* naturaliza a normatização de que o adequado a elas sejam roupas sóbrias e elegantes e de que elas devam enquadrar-se, minimamente,

em um padrão de beleza construído, onde a jovialidade e a magreza imperam. O que estiver fora desse enquadramento, como uma vestimenta simples ou uma silhueta não afinada, é desviante, pois está fora do aceitável.

Dentre as detentoras de cargos que aparecem no *corpus*, juízas tanto quanto representantes de família reais europeias recebem no semanário o mesmo tratamento estereotipado que as políticas de carreira³. Diante da notícia sobre a sabatina pela qual passou a juíza Ellen Gracie – primeira mulher a ocupar esse cargo no Supremo Tribunal Federal –, uma nota da seção “Gente” prefere comentar, mais especificamente, sobre o estilo das roupas e do penteado, além de fazer referência valorativa sobre o corpo da juíza:

Dona de uma multicolorida coleção de *tailleurs*, foi ela quem prendeu os cabelos num *comportado* coque e escolheu o modelito azul-royal para enfrentar a sabatina dos senadores. O toque *jovial* veio das meias brilhantes. Preocupadíssima com a aparência, a juíza não quer *fazer feio* na prova da nova toga, uniforme da mais alta corte do país: faz caminhadas e é capaz de passar um dia inteirinho à base de maçã e alface. (*Veja* 1577, de 29/11/2000. grifos nossos).

No entanto, já que Ellen Gracie parece demonstrar certa adequação aos padrões estéticos socialmente naturalizados – e reproduzidos como norma pela *Veja*, a revista utiliza tom de autorização sobre ela, de conformidade, além de traçar paradoxal paralelismo entre o *comportado* e o *jovial*.

Nesse sentido, acerca da jovialidade ou da ausência dela, a *Veja* continua mostrando-se preconceituosa com a velhice ou, pelo menos, com a aparência não-jovial. Se na matéria sobre Barbara Bush, citada acima e publicada em 1989, o texto condenava seus cabelos brancos e a chamava de “gorda, enrugada e envelhecida”, em matéria de 2009 sobre mulheres que optaram por manter os cabelos brancos ou grisalhos, desde o subtítulo do texto a autora deixa claro o enquadramento ideal, ainda vigente, de quem pode usar cabelo branco: “Cabelo grisalho é bacana – para as mulheres fortes, bonitas, interessantes, bem cuidadas, elegantes e *psicologicamente preparadas* para ser chamadas de senhora o tempo todo” (*Veja* 2134, de 14/10/2009. grifo nosso).

Apesar de, ao longo da matéria, a autora comentar o quão libertador é deixar os cabelos naturais, ela questiona se essa liberdade não pertenceria somente a mulheres fortes e poderosas, como Cristine e Kathleen, que supostamente estariam *preparadas para o terror psicológico* a ser enfrentado como expiação à prática desviante. Nessa passagem, ainda que escrita 20 anos depois, fica claramente marcada a mesma fronteira entre o

³ Entende-se por “políticas de carreira” aquelas mulheres que dedicam suas vidas a cargos eletivos ou indicados, como por exemplo, alguém que já foi deputada e atualmente é ministra ou secretária de Estado.

desejável e o desviante, em relação à estética das mulheres⁴: as mulheres apresentadas na matéria são “uma *exceção gritante* à regra geral de que as mulheres não ficam velhas, ficam loiras.” (*Veja* 2134, de 14/10/2009. grifo nosso). Assim, na conclusão do texto, ela convoca cabeleireiros renomados para darem sua opinião sobre o assunto, e Wanderley Nunes sentencia a normatização, gritando de volta contra a exceção: “Adoraria aconselhar minhas clientes a deixar o cabelo natural, mas tenho certeza de que iriam perder o marido. Ele pode até achar bonito, mas vai olhar para a mulher de cabelo tingido.” Além de enquadrar a aparência ideal, porquanto desejável, na jovialidade, a matéria julga que as mulheres devem estar bonitas – leia-se, com ar jovial advindo de cabelos tingidos – para agradar aos homens. Dessa maneira, a revista reforça tanto a dependência e a consequente objetificação das mulheres quanto, implicitamente, a heteronormatividade: mulheres não podem manter a aparência que lhes agrada, mas somente aquela que agrada seus maridos, isto é, homens. Em nada muda, diga-se de passagem, o fato de que a autora da matéria seja mulher: olhares e percepções machistas, heteronormativos e objetificantes sobre aspectos naturalizadamente normativos, em relação à aparência das mulheres, não é exclusividade de algum grupo social – e, daí também, a relevância de seu estudo e análise, que ora propomos.

Imagens ‘mascaradas’ das mulheres

Das 110 matérias em que há menções à aparência e à auto-apresentação das protagonistas, 38 são referentes a detentoras de cargos (eletivos ou não). Ao priorizar tratar da roupa ou do corpo dessas mulheres, pode-se observar como a *Veja* mascara o foco da ação política protagonizada por elas e cuja relevância, em princípio, motivou o fato de que a revista a noticiasse.

Quando a presidenta da Islândia, em 1980, destacou-se por ser a primeira mulher eleita diretamente como chefe-de-Estado de um país europeu, a *Veja* escreveu, em uma nota de apenas oito linhas, no final da página da seção “Internacional”: “Bonita, divorciada, fundadora de um teatro de vanguarda, Vigdis Finnbogadottir, 50 anos, pertence desde domingo, dia 29, ao pequeno clube das mulheres que chegaram ao poder.” (*Veja* 618, de 09/07/1980). Vê-se como quatro das oito linhas são dedicadas a falar da aparência e do estado civil da presidenta, estimulando que o leitor seja informado mais sobre a vida pessoal da protagonista do que sobre sua carreira política. Mesmo 10 anos depois, em matéria de cinco páginas sobre a crise econômica no Governo Sarney (de 15 de março de 1985 a 15

⁴ A matéria da seção “Beleza” traz como exemplos, com publicação de foto de corpo inteiro, a então ministra francesa da economia, Cristine Lagarde, com 53 anos, e a estadunidense ministra da Saúde, Kathleen Sebelius, de 61 anos. Como exemplos secundários, menciona as atrizes Glória Menezes e Cássia Kiss, a cantora Emmylon Harris e a escritora Anne Kraemer: todas mulheres que optaram por deixar os cabelos naturalmente grisalhos.

de março de 1990), a *Veja* continua repetindo a prática de desviar o foco da ação política da protagonista. Embora a matéria cite outros ministros em disputas por seus cargos e por verbas para seus ministérios, nenhum deles tem sua vida pessoal, sua aparência e seu guarda-roupa destacados e comentados, como ocorre com a então nova ministra do Trabalho (de 1989 a 1990), Dorothea Werneck:

A nova ministra é também muito vaidosa. Faz ginástica com regularidade e, de vez em quando, submete-se a uma dieta. Dorotheia adora se vestir bem e confessa que só não está sempre na moda porque não tem dinheiro para renovar seu guarda-roupa com mais assiduidade. (*Veja* 1063, de 18/01/1989).

Outra forma bastante utilizada pela *Veja* para representar as mulheres, mascarando suas ações, aparece ao se analisar a divulgação dos 'títulos' recebidos pelas políticas. A seção "Holofote", por exemplo, que é dedicada a destacar personalidades que tiveram atuação relevante durante a semana, prefere representar a Deputada Federal Rita Camata a partir de seu corpo e de sua aparência, mesmo quando cita, em 1 linha, que ela é uma das parlamentares mais atuantes da casa, e contrariamente à representação dos outros três políticos que também figuraram nessa mesma página, cujos fatos de suas vidas políticas foram noticiados:

Rita permanece com o cetro de mais bela, na opinião dos homens. Aos 38 anos, ela mantém uma relação invejável de peso e altura, com 1,65 metros e 51 quilos. Há mais de dez anos é considerada a musa do Congresso pelos colegas, que fazem a eleição no começo de cada legislatura. (*Veja* 1586, de 24/02/1999).

A revista *Veja*, ao publicizar e – quando feito desse modo – naturalizar a prática dos deputados em 'eleger' uma 'musa' dentre as deputadas a cada nova legislatura, participa da reprodução e da manutenção de estereótipos, contribuindo para a construção de uma representação distorcida da imagem de uma deputada.

Embora comentários estetizantes sobre o corpo de personagens políticos não sejam exclusivamente dedicados a mulheres, o modo como eles são feitos – e a representação implicada neles – são visivelmente diferentes. A matéria "*Lindos. E bons de voto*", publicada em quatro páginas na seção "Beleza", revela-nos algumas dessas diferenças específicas associadas aos gêneros. Ao mencionar várias políticas e políticos de diferentes países⁵ que são consideradas(os) bonitas(os) – quer dizer, que se enquadram no padrão socialmente

⁵ A matéria faz menção às políticas Sarah Palin (EUA), Ségolène Royal (França), Yulia Tymoshenko (Ucrânia), Luciana León (Peru), Michela Brambilla (Itália); e aos políticos Rafael Correa (Equador), Mitt Romney (EUA), Scott Brown (EUA), Fábio Faria (Brasil) e José Luis Zapatero (Espanha).

aceito de beleza, denominado no texto como “estética privilegiada”, ou seja, todas(os) brancas(os) e magras(os) – a matéria faz comentários de cunho sexual, invasivos, explicitamente ligados ao corpo de algumas das políticas mencionadas, ao passo que as referências feitas aos políticos tratam de paixão e de galanteios, atitudes que eles mesmos realizam – e que estão autorizados a realizar – frente a seu eleitorado.

Ao destacar que “Scott Brown conquistou votos e corações em ritmo acelerado” ou que “os gritinhos apaixonados são inevitáveis à passagem do deputado Fábio Faria”, a revista representa os políticos como homens que apaixonam o eleitorado, ao passo que as mulheres seduzem, já que o eleitorado vota nelas por serem, passivamente, bonitas e *sexy*. A competência política não é um dos motivos, pelo que indica a revista, para o sucesso de Sarah Palin, visto que ela tinha sido *apenas* governadora do Alasca:

Certamente porque é mulher, briguenta e carismática, além de falar o que a direita conservadora quer ouvir. E também porque é *bonita e sexy*, no estilo bibliotecária do interior. E tem as pernas – ah, *as pernas, festejadas abertamente* pelos republicanos, *cobiçadas* em segredo pelo obamistas. (Veja 2166, de 26/06/2010, grifo nosso).

Dessa maneira é reproduzida uma imagem prejudicial para essas mulheres, podendo interferir, por exemplo, na credibilidade delas perante o eleitorado – o que, obviamente, não ocorre com a representação do político apaixonante que conquista, ativamente, votos e corações.

Já a matéria “*A bancada dos neomagros*”, da seção “Brasil”, igualmente focada na representação de parlamentares masculinos e femininos a partir da estetização normatizada de seus corpos⁶, versa sobre a cirurgia de redução de estômago que eles e elas fizeram, quando perderam vários quilos e modificaram seus hábitos alimentares. Em matéria repleta de estereótipos, destaca-se referência ao novo relacionamento, após o emagrecimento, da então Deputada Federal Ideli Salvatti: “Bem mais magra, Ideli modernizou o guarda-roupa e começou a namorar um sargento do Exército doze anos mais jovem que ela. Ao lado dele, a danadinha da pitbull até parece uma lulu!” (Veja 2123, de 29/07/2009). *Pitbull* é como a deputada do PT é chamada pela oposição. O texto faz nítida alusão à expressão machista “mal-amada”, normalmente utilizada para se referir a mulheres que não se enquadram no padrão tolerância-doçura-amabilidade, ao dar a entender que a deputada está mais calma, mais dócil – já que é uma lulu – pelo fato de estar namorando; além de sugerir que ela

⁶ A matéria, que cita a Senadora Ideli Salvatti, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Domóstenes Torres, a Deputada Federal Iriny Lopes e o Deputado Federal Bernardo Ariston, descreve quantos quilos cada um(a) emagreceu e as doenças que tinham por causa da obesidade, além de mostrar fotos de antes e de depois da cirurgia, e de comentar a mudança no armário, pela variação na numeração das roupas que usavam, antes e agora.

esteja namorando pelo fato de estar “bem mais magra”. Dessa forma, a *Veja* reproduz a ideia do senso comum de que uma mulher não só necessita de um homem para estar calma, para estar controlada, como a de que só o consegue enquanto magra – variando entre a *gordofobia*⁷ e os flertes com o machismo. Ainda comentando a vida afetiva de parlamentares, a autora da matéria, Sandra Brasil, apenas ironiza Demóstenes – vale destacar, de modo bastante diferente – quando ele diz que sua nova forma física fez bem para sua autoestima e que “as paqueras aumentaram muito”: “É, pelo jeito, os políticos brasileiros não pensam só naquilo que todo mundo acha que eles pensam. Pensam também naquiiilo...” (*Veja* 2123, de 29/07/2009).

Análise: sobre o *ethos* feminino

As matérias analisadas sob a segunda categoria, intitulada *ethos* feminino, tratam da suposta, pretensa ou esperada ‘feminilidade’ das protagonistas ou de ações que são consideradas ‘coisas de mulher’, isto é, de como a *Veja* normatiza certas atitudes a partir de padrões patriarcais naturalizados. Para tanto, na ficha que foi preenchida para cada matéria, mapeou-se características consideradas ‘femininas’ que são socialmente positivadas ou negativadas, a depender do modo como tais expectativas – e seus consequentes desvios e exceções – vão sendo cristalizadas: na tensão entre os estereótipos que se definem por correspondência ao ‘feminino’, e os desviantes que expõem e questionam a naturalização desse feminino em sua negação, seja pela recusa do que seria ‘não-feminino’, seja pela afirmação de alternativas a essa norma.

Em muitas matérias, principalmente sobre primeiras-damas, a *Veja* tenta normatizar um padrão de comportamento dizendo, sobre as mulheres, como é esperado que elas suposta ou pretensamente devam agir. É o que ocorre com Michelle Obama, primeira-dama estadunidense, cujas atitudes, nos dois trechos citados abaixo, são claramente dicotomizadas e contrapostas, sendo então valoradas e, finalmente, hierarquizadas, para que somente uma delas seja “autorizada” como atitude “devida” – por ser “natural”:

(...) a mulher que em campanha emitia *arriscadas opiniões* de caráter político sumiu na casa Branca, *devidamente* transmutada em esposa

⁷ Por *gordofobia* queremos sugerir um tipo de preconceito, associado ao policiamento dos corpos, à imposição de um padrão único de beleza e comportamento e à uma noção meramente estética de saúde e bem-estar, que é revelado por desconfortos acentuados ou por sentimentos de repulsa relacionados a pessoas gordas e que é reproduzido socialmente por meio de variadas imagens, valoradas negativamente, que representam e estigmatizam pessoas gordas como desagradáveis, repulsivas e indesejáveis, relapsas ou não-saudáveis. Note-se que pessoas gordas não são necessariamente obesas, e que obesidade (como doença crônica multifatorial) deve ser avaliada, pelo menos, por uma medida, indicativa e relacional, entre peso e altura dada pelo “Índice de Massa Corporal – IMC”, além do índice cintura/quadril, por sexo, e da circunferência absoluta. Sobre o assunto, cf. LUPTON, 2013.

impecável, mãe amorosa e defensora de causas instigantes como a boa alimentação das crianças da América. (*Veja* 2145 de 30/12/2009, grifo nosso).

Os tradicionalistas darão crédito à disciplina com que se adaptou ao cargo de primeira-dama, mantendo-se a distância dos *assuntos espinhosos* e na autodeclarada função de "mãe em chefe". (*Veja* 2114, de 27/05/2009, grifo nosso).

Observa-se nesses trechos que, na visão da *Veja*, a esposa do presidente, uma primeira-dama, não deve – porque já não devia desde o princípio, como “mulher em campanha” – se envolver em assuntos políticos “espinhosos”. Ou seja, a normatização exposta pela revista não é por mera adequação à nova função de primeira-dama, mas à naturalização de seu papel social, como mulher. Além disso, pode-se notar como a mídia – exemplificada aqui pelo semanário pesquisado⁸ – se apropria do essencialismo e do ideal de mãe e, ao reproduzi-los, tentar impor uma feminilidade universalizante, em que as mulheres sejam compreensivas, amáveis, mais sensíveis ao cuidado com o próximo, meigas e gentis, características que constituiriam o *ethos* feminino. Dessa maneira, espera-se também que as mulheres sejam mães e que a maternidade potencialize o que, aqui, tratamos como características consideradas ‘femininas’.

Mãe pública, mãe privada: normatização pela naturalização

Chodorow, ao pesquisar a reprodução da maternidade e a forma como a família é vista socialmente, cita que nos Estados Unidos havia uma ideologia da “*moral mother*” (CHODOROW, 1978, p. 5; *apud* MOTA, 2013, p. 87). Esta ideologia se refere ao comportamento que as mulheres deveriam ter: além de serem responsáveis pelo cuidado dos filhos, também deveriam assumir o cuidado com seus maridos; as mulheres deveriam ser como “guias morais” para seus maridos, pois eles convivem no imoral e competitivo mundo do trabalho (ou da política) (MOTA, 2013, p. 87). Essa ideologia nos remete à concepção idealizada de primeiras-damas, principalmente estadunidenses, reproduzida pela *Veja* tanto no caso citado acima, de Michelle Obama – que não deve envolver-se em assuntos políticos, e sim cuidar da alimentação e da saúde das crianças da nação –, quanto na matéria, publicada 40 anos antes, sobre mulheres da família Kennedy: Rose, Ethel e Joan⁹. Nesse texto lê-se, por exemplo, que elas devem “manter a dignidade e altivez nos momentos de crise” (*Veja* 52, de 03/09/1969) de modo que, em avaliação de sua moral, fique evidente que “(...) Joan Kennedy sempre demonstrou ser amável e tolerante.” (*Veja*

⁸ Vale lembrar que a *Veja* é a revista semanal de maior circulação no Brasil e a terceira no mundo, exercendo com isso grande influência no papel da mídia sobre a opinião pública e revelando-se, portanto, suficientemente abrangente para a generalização que estabelecemos nesse ponto.

⁹ Caroline e Jacqueline foram escanteadas na matéria por não desempenharem os papéis esperados de mãe e de mulher compreensível e tolerante.

52, de 03/09/1969), reforçando o sentido de que, mesmo descontente ou inconformada, a mulher tem que ser leniente com o marido, com a família e/ou diante da sociedade.

Ao explicitar referências morais e a padrões adequados de comportamento, principalmente aos olhos do público – como um comportamento aparente e externo ao ambiente familiar –, tangencia-se também o debate sobre a dicotomia entre as esferas pública e privada, isto é, do que *pode* ser mostrado ao público, de qual imagem vai ser transmitida ao (e tolerada pelo) público, e daquilo que é assunto familiar e restrito à domesticidade, à privacidade. Assim, a hierarquia entre o público e o privado está relacionada com o problema da visibilidade das esferas ou das pautas de cada esfera: do que vem a público e do que fica silenciado na domesticidade. Como diz Carole Pateman (1989), a dicotomia entre as esferas pública e privada é central a praticamente dois séculos de produção e luta política feminista; em última instância, é o tema do movimento feminista. A Teoria Política Feminista, mesmo com suas nuances, tem o entendimento de que a esfera pública não pode ser discutida isoladamente da esfera privada, porque essas esferas não são separadas e sim sobrepostas e entrelaçadas – entenda-se, politizando-se os limites da esfera privada e não privatizando-se o domínio do público¹⁰. Afinal, a hierarquia de gênero que está relacionada à dicotomia do público e do privado é estrutural das sociedades contemporâneas e se relaciona diretamente com o caráter patriarcal do liberalismo (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 30).

Ademais, pode-se notar essa relação em outras referências à maternidade, que são tanto em relação à real condição de ser mãe – com menções à quantidade de filho (e netos) que a protagonista tem (ocorrência mais constante nas matérias, vale dizer) – quanto à utilização dessa referência como figura de linguagem, para descrever algo que ela tenha criado ou para apresentar o desenvolvimento de algo pelo qual seja responsável, como em: “Assim como a *maternidade do PAC* deu fôlego à candidatura de Dilma, um *eventual fracasso* poderá deixar a ministra a pé na próxima eleição presidencial.” (Veja 2094, de 07/01/2009)¹¹. Ou até de forma irônica, como na menção à Lila Covas na matéria já citada acima: “Lila é uma candidata que cerca Mário Covas com *cuidados de uma mãe de miss* em véspera de concurso de beleza” (Veja 1096, de 13/09/1989, grifo nosso). De todo modo, é

¹⁰ A despolitização do espaço privado invisibiliza as desigualdades e as diversas formas de violências cotidianas que se dão nesse ambiente, quando alheio a intervenção pública – quando o espaço que deveria servir de proteção passa a ser espaço privilegiado de opressão. Por outro lado, o problema da privatização do domínio público é da ordem da tomada daquilo que é comum e público por interesses e grupos privados, impedindo sua democratização.

¹¹ O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) é um projeto do governo federal iniciado em jan/2007, período em que Dilma Rousseff, sua gestora, já era ministra-chefe da Casa Civil (cargo que ocupou entre 2005 e 2010). A citação é de matéria que fala sobre o não-sucesso, até então, do PAC, no período em que Dilma figurava na imprensa como pré-candidata à presidência da República.

insidiosa a frequência com que as referências à maternidade são feitas, já que reproduzem idealizações moralizantes, que prescrevem padrões de comportamento a partir da figura – pública ou privada – da “mãe”: essa que deve evitar qualquer eventual fracasso, essa que deve sobrevalorar o cuidado.

Durante esses 40 anos, vê-se, a ideologia do “*moral mother*”, que exalta a maternidade e eleva a mulher-mãe à condição de “guia moral” da família, esteve estampada nas matérias da *Veja*. São textos que, frequentemente, quando ressaltam as qualidades e predicados das mulheres, o fazem a partir da referência à maternidade, a partir do essencialismo, predicado à mulher que, quando mãe, é generosa, cuidadosa, zelosa por tudo e por todos da família, como na referência a Ethel Kennedy, que figura como “mãe carinhosa, embora exigente (...)” (*Veja* 52, de 03/09/1969). E se nesse último trecho nota-se o paralelo traçado entre carinhosa e exigente como oxímoro, pois o primeiro se remete a uma característica considerada ‘feminina’ e o segundo, a um atributo considerado masculino, o uso do advérbio “embora”, ao contrário, parece reforçar nosso argumento: ele é utilizado para que o fato de ser exigente não anule o predicado ‘feminino’ de mãe carinhosa.

Essencialização semelhante pode ser conferida em matéria intitulada “*Elas venceram*” – matéria de capa da edição –, que trata sobre mulheres bem sucedidas em diversas áreas de atuação (atrizes, jornalistas, políticas, bombeiras, dentre outras). A revista traz 66 mulheres que “venceram” em suas profissões, e tem como protagonista a já mencionada juíza Ellen Gracie Northfleet, que na época tinha sido indicada ao Supremo Tribunal Federal. A matéria cita especialistas de várias áreas e traz dados de como as mulheres estão se destacando, de como têm aumentando seu poder aquisitivo, e mostra a ascensão das mulheres na política e no aumento do percentual de eleitoras, por exemplo.

No entanto, a revista apresenta novamente a naturalização do essencialismo da mulher – como se suas habilidades fossem naturais, e não adquiridas ou socialmente construídas, e portanto imutáveis – ao utilizar-se da voz de Helen Fischer, antropóloga estadunidense, autora do livro *O primeiro Sexo: os talentos naturais das mulheres e como elas estão mudando o mundo*: “as mulheres têm maior capacidade de ouvir, sobrevivem melhor em tempos de aperto e são *naturalmente* mais capazes de fazer planejamentos de longo prazo.” (*Veja* 1674, de 08/11/2000, grifo nosso). Dessa forma, para dar maior credibilidade ao argumento naturalizante, *Veja* se utiliza da voz de uma ‘especialista’. E assim, no mesmo texto em que durante muitas páginas as mulheres são exaltadas por seu empoderamento e ocupação de espaço sociais antes exclusivamente masculinos, para concluir a matéria, de modo ambivalente, mas absolutamente claro no que se refere ao posicionamento normatizador sobre a naturalização dos papéis sociais em discussão (e em

disputa), um jargão estereotipado do senso comum é empregado: “As mulheres estão numa fase profissional sem igual na História brasileira. O impacto disso sobre seu *papel de mãe e rainha do lar* ainda vai merecer muito estudo.” (*Veja* 1674, de 08/11/2000, grifo nosso). Em resumo, como bem disse Susan Okin: “As mulheres têm sido vistas como 'naturalmente' inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (OKIN, 2008, p. 308).

Imagens das mulheres ‘desviantes’

Algumas matérias, mais antigas, são carregadas de preconceitos de gênero explícitos, trazidos em vozes de terceiros¹². Em matéria sobre as eleições de 1979 na Inglaterra, falando sobre a indecisão dos eleitores e sobre a disputa acirrada entre Margaret Thatcher e James Callaghan, no parágrafo final nota-se um preconceito direto pelo fato de Thatcher ser mulher, explicitado por “uma dona-de-casa”:

Mas a deputada que poderá se tornar a primeira mulher chefe de governo na Europa em todos os tempos encontra resistências – às vezes pelo simples fato de não ser homem. “De mulher por aqui já chega a rainha”, comentou um dia desses para a imprensa uma dona-de-casa. (*Veja* 556, de 02/05/1979).

É importante observar como o texto é expresso: “encontra resistências às vezes pelo simples fato de *não ser homem*”, e não pelo simples fato de ser mulher. Dessa maneira, fica claro que a norma para o fazer político é ser homem; como ela não é, então é ‘desviante’ – e a mulher continua sendo valorada como um Outro, em contraste com o masculino universal.

Se o modo explícito como os preconceitos de gênero eram noticiados torna a análise sobre o *ethos* feminino e seus ‘desvios’ mais evidente, observarmos que atualmente a *Veja* ainda traz em suas matérias, de modo recorrente, um tom normatizante acerca das condutas e posturas a serem seguidas pelas primeiras-damas. Em matéria intitulada “*Evita goiana*”, que versa sobre a primeira-dama de Goiás, Valéria Perillo, a revista lança mão de um juízo de valor generalizado – e atrelado a um suposto grau de desenvolvimento sociocultural – sobre as primeiras-damas de países considerados subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento): “Terceiro Mundo que se preza tem de ter primeira-dama. E primeira-dama que ofusque o marido, não importa o cargo que ele ocupe.” (*Veja* 1645, de 19/04/2000). A partir dessa referência e do título da matéria, fica visível a crítica às primeiras-damas que “ofuscam”, ou seja, que são ‘desviantes’ e não seguem o padrão esperado de uma primeira-dama: um que não emita opinião sobre a política e que se

¹² Vale mencionar que, nessa época, o(a) autor(a) da matéria era ocultado. Somente a partir dos anos 1990 é que as matérias da *Veja* passam a ser publicadas citando sua autoria.

dedique exclusivamente a atividades de assistência social¹³. O “custo social” advindo de atitudes assim, lê-se nas entrelinhas, é o subdesenvolvimento – ou, antes, parece ser mesmo o próprio “terceiromundismo” aquilo que é revelado por tais atitudes ‘desviantes’. A matéria faz menção ainda à argentina Evita Perón, a Denilma Bulhões, de Alagoas, e a Nilcéa Pita, em São Paulo; todas primeiras-damas ‘desviantes’ que não seguem a ideologia do “*moral mother*”, e que se envolveram na política para além do que era – e, pelo visto, continua sendo – normatizadamente esperado pela naturalização dos papéis sociais dos gêneros.

Há, por outro lado, características ‘femininas’ consideradas *negativas*, ou seja, que expõem o ‘feminino’ por sua recusa ou ausência – o que é geralmente manifesto em referências sobre condutas relacionadas ao poder. Uma vez que o poder seja associado ao ‘masculino’, essas condutas são consideradas negativas ou desviantes do comportamento esperado, quando atribuídas a mulheres. Na matéria “*Elas venceram*”, citada anteriormente, ao mesmo tempo em que a *Veja* elogia o sucesso obtido por algumas mulheres, também as desqualifica pelo motivo – ou pelo *modo* como exercem a atividade – que as fez alcançar o suposto sucesso. O perfil elogioso de Ellen Gracie, por exemplo, é desqualificado quando fala sobre sua rotina de trabalho, já que a juíza de sucesso “tem fama de dominar tudo a sua volta.” (*Veja* 1674, de 08/11/2000). Como dominação é um poder naturalizadamente associado ao ‘masculino’, uma mulher “dominar tudo a sua volta” – significando que ela está exercendo algum poder sobre pessoas e procedimentos – é uma mulher que subverte a lógica ‘natural’ das relações, já que entre essas pessoas, presumivelmente, há homens. Uma mulher não só deslocada, que ocupa um lugar indevido (porquanto ‘não-natural’), mas *negativada*, em que há ausência ou recusa de seu ‘modo feminino natural’ para alcançar o sucesso.

Análise: sobre a vida privada

Das matérias analisadas, 49,1% delas fazem alguma menção a elementos da vida privada das protagonistas e observa-se, principalmente, referências sobre casamento, vida afetiva e maternidade. Considera-se vida privada o que é particular, do âmbito pessoal,

¹³ É notável o fato de que o adjetivo “feminista” não figure como uma das imagens ‘desviantes’, ao menos não tanto quanto talvez se pudesse esperar. Uma das poucas menções ao feminismo, além das matérias que versam sobre eventos ou manifestações de cunho feminista (cf. “*A guerra do sexo*”, *Veja* 102, de 19/08/1970; “*As vitoriosas*”, *Veja* 1629, de 22/12/1999; e “*Feminismo de olho roxo*”, *Veja* 1646, de 26/04/2000), aparece em matéria da seção “Internacional”, sem autoria, sobre Hillary Clinton, ex-primeira-dama estadunidense, onde se lê: “(...) Hillary já foi pintada de muitas formas. *Feminista arrogante*, advogada brilhante, trambiqueira em investimentos suspeitos (...)” (*Veja* 1606, de 14/07/1999, grifo nosso). Análises mais específicas sobre essa questão, apesar de julgarmos relevantes, não caberiam no escopo desse artigo.

íntimo, da vida não-pública. Como já citado anteriormente, a cobertura jornalística sobre a vida privada de mulheres e homens é noticiada de maneira distinta: sobre as mulheres, normalmente fazendo alusão a relacionamentos, à maternidade e à rotina doméstica; já sobre homens, quando ocorre esse tipo de referência, é à sua profissão antes de estar na vida pública ou a algo relacionado a seu *hobby*.

As matérias que fazem menção a *casamento* majoritariamente citam o estado civil da política e não entram em detalhes; ou falam de primeiras-damas e remetem-se a seus maridos, deixando explícita a condição do casamento. Além dessas, há matérias que publicizam questões conjugais como brigas, desentendimentos, separação ou uma atuação em conjunto, caso ambos tenham cargos, como, por exemplo, a Deputada Federal Rita Camata e a presidenta da Argentina, Cristina Kirchner.

Vida afetiva, vida privada: publicização da dominação

Diferentemente das menções à vida privada de mulheres casadas em que, ou se faz referência a seu estado civil ou se relata algum fato conjugal ou doméstico do casal conhecido, as referências encontradas sobre a *vida afetiva* das demais protagonistas na revista *Veja* normalmente relatam, supõe ou conjecturam sobre novos relacionamentos. Pode-se refletir sobre as matérias que noticiam os (novos) relacionamentos das mulheres políticas a partir do diálogo com a categoria *corporalidade*, embora não mais sob o viés estetizante, mas agora na busca e identificação sobre o ‘pertencer’ desses corpos. Do interesse por se noticiar e por se saber quem conquista (o corpo de) determinada mulher, passa-se a saber quem tem poder e ‘domínio’ sobre esse corpo. Além disso, se esse ‘pertencer’ segue ainda a lógica heteronormativa, a mulher pública que não tem (leia-se, que não ‘pertence’ a) um homem, namorado ou marido automaticamente deverá lidar com a conjectura ou pressuposição – geralmente preconceituosa – da mídia sobre sua homossexualidade. Afinal, uma mulher não pode estar “sozinha”, isto é, seu corpo deve ‘pertencer’ a outra pessoa que não a ela própria.

Uma das primeiras referências à *vida afetiva* e a (novos) relacionamentos de mulheres políticas que se observa no período analisado é em matéria sobre uma mulher “versátil” que desembarcou em Belém do Pará, em setembro de 1970, e que as autoridades locais pensaram ser alguma terrorista, alguém ligada à guerrilha armada e ao grupo de Carlos Lamarca. A mulher, aponta o texto, “Caroli Rieder Rose Milden (provavelmente um nome falso) acabou sendo presa, na semana passada, sob suspeita de ser enfermeira e *amante* do chefe terrorista Carlos Lamarca.” (*Veja* 105, de 09/09/1970, grifo nosso). A menção à Caroli Milden – vale repetir, mulher presa somente pela suspeita de ser, em sua *vida afetiva*, amante – é feita em dois momentos: no primeiro, como mera suspeita, e logo em seguida de modo afirmativo, dando a entender que ela só está nessa missão e tem a

confiança do líder pois eles teriam uma relação para além do movimento e de seu comprometimento com a guerrilha no enfrentamento à Ditadura Militar. Dessa maneira, nota-se na matéria a preferência por desconsiderar – e não somente opor-se a, se fosse guiada apenas pela linha político-ideológica da revista à época – a importância dessa militante dentro de sua organização política e no campo político como um todo.

A ocorrência mais costumeira sobre a *vida afetiva* das protagonistas é a partir de comentários sobre seus novos relacionamentos. Em nota da seção “Gente”, de maio de 1989, que aborda o relacionamento entre a então ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, e o ex-presidente do Banco Central, Fernando Millet, o texto traz suposições sobre essa relação, pois publicamente ela não foi assumida por ambas as partes. A revista faz, então, uma ‘investigação’ para averiguar: “‘Eu e a ministra somos apenas bons amigos’, afirma Millet. ‘Eles namoravam até o mês passado’, disse a VEJA a assessora de comunicação da ministra, Cristina Velho.” (Veja 1081, de 31/05/1989). Em outro caso semelhante, que expõe o novo relacionamento de Marta Suplicy com Márcio Toledo, também em nota da sessão “Gente”, o texto informa os “status de relacionamento” dos ex-companheiros de ambos: “A ex dele, Paula, está sozinha. O ex dela, Favre, não. ‘Está com uma moça mais nova e bem mais rica’, informa o amigo.” (Veja 2135, de 21/10/2009).

A narrativa construída em textos assim, que fazem questão de mostrar com quem as mulheres políticas estão se relacionando (e com quem estão se relacionando as pessoas que já se relacionaram com elas), nos remete ao questionamento inicial sobre o por quê de se noticiar fatos da vida privada e afetiva de mulheres políticas dessa maneira. A resposta, esperamos, foi articulada em nosso argumento: para ‘mascarar’, para ocultar a atuação políticas dessas mulheres, tornando suas representações frívolas e confundindo – quando não, invisibilizando – suas reais funções e responsabilidades para com a sociedade, para não dar visibilidade a comportamentos e ações desviantes, já que a norma cristalizada é de que quem atua no campo político são homens, e não mulheres.

Se os casos apresentados até agora poderiam parecer suficientes para nosso argumento, é preciso ainda lembrar que, para além do preconceito de gênero sofrido por mulheres políticas, que estimula sua “misrepresentação”¹⁴, estamos em busca de diferentes modos como a ideia de que o corpo de uma mulher deve ‘pertencer’ a outra pessoa que não

¹⁴ Não há correspondente adequado, em língua portuguesa, para o termo sociológico inglês “*misrepresentation*”, que poderia ser traduzido – inadequadamente, para nossos fins – como “deturpação”. Faz-se referência, na perspectiva dramaturgica, ao perigo de se transmitir mensagem errada, a partir do falseamento (ou apresentação de forma inapropriada ou ilusória) da identidade (genuína) do emissor/ator, levando à má representação e a seu descrédito. Interessa-nos particularmente, portanto, associar “misrepresentação” ao descrédito social associado à representação inapropriada.

a ela própria é sustentada e reproduzida pela mídia publicamente – em síntese, buscamos mecanismos de reprodução da publicização da dominação.

Assim, em matéria intitulada “*Será que ela é?*”, que noticia a sabatina de Elena Kagan no Senado estadunidense para poder assumir a Suprema Corte do país, a revista *Veja* conjectura sobre a orientação sexual da protagonista desde o título, associado a juízo de valor heteronormativo, e suspeita de seus futuros posicionamentos em pautas como o aborto e o casamento homoafetivo. Conjectura essa embasada em estereótipos de gênero, pelo fato de ela (ainda) ser solteira aos 50 anos e, em sua “ vaidade zero”, de ‘desviar’ dos padrões estéticos normatizados pela sociedade. O texto afirma ainda que ela deve “ *fingir que é menos à esquerda do que na realidade e até colocar maquiagem e colarzinho de pérolas*” (*Veja* 2172, de 07/07/2010, grifo nosso), isto é, deve disfarçar suas verdadeiras convicções para assumir cargo de tamanha importância. Dessa maneira, a *Veja* anula o corpo de Elena, não o considerando válido para uma mulher, no sentido genérico e universalizado do que é uma mulher *enquanto mulher e/ou do que seja ‘feminino’*.

Judith Butler fala sobre a heteronormatividade como responsável por essa anulação, já que “a abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligência, manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia” (*apud* PRINS; MEIJER, 2002, p. 157). A matéria relaciona o fato de Elena Kagan nunca ter se casado com um homem com a questão de ela não ser vaidosa; reafirmando o estereótipo de que mulheres homossexuais não são vaidosas. Com isso, o texto sustenta a suspeita e, desse modo, a visão heteronormativa da autora da matéria, Vilma Gryzinski, que anula o corpo de Elena Kagan ao anular a possibilidade de esse corpo viver e relacionar-se com outros de maneira ‘desviante’ dos padrões normativos e naturalizados de heterossexualidade.

Emblemático, ainda sobre a publicização da *vida afetiva*, e também de grande repercussão na mídia brasileira no início dos anos 1990, foi o destaque dado ao relacionamento entre Zélia Cardoso de Mello e Bernardo Cabral, ambos ministros da República à época – ela da Economia, ele da Justiça. A história chegou a virar romance – *Zélia, uma paixão*, escrito por Fernando Sabino. Zélia é protagonista em 13 matérias. Destas, em cinco fala-se quase que exclusivamente de sua *vida afetiva* e de seus relacionamentos amorosos. Mesmo a simples observação dos títulos¹⁵ de algumas das matérias que versam sobre o caso aponta para o tom folhetinesco com que se imiscuem atuação pública, vida afetiva e vida privada.

Imagens ‘públicas’ das mulheres

¹⁵ Tome-se, como exemplos, “O Amor e o poder” (*Veja* 1133, de 06/06/1990) e “Bolero na Esplanada” (*Veja* 1149, de 26/09/1990).

O interessante de se observar na categoria vida privada é que algumas matérias – principalmente do início da década de 90, e em especial ao tratar de pessoas relacionadas ao governo Collor – debatem a questão da dicotomia entre público e privado. Questionam, nesses casos, sobre os limites além dos quais seria invasão de privacidade por parte da imprensa noticiar alguns fatos da vida privada de pessoas públicas e sobre as condicionalidades para que essa publicização seja 'autorizada' pelas personagens:

Nota-se, no entanto, que a *privacidade só existe em casos em que a pessoa pública é a primeira a se esforçar em preservá-la*. Zélia esteve longe de defender sua privacidade, na medida em que disse na televisão que estava apaixonada, colocou uma aliança no dedo, deu uma festa em que seu par explícito foi Bernardo Cabral e se recusou a desmentir o namoro quando ele explodiu nos jornais. (*Veja* 1152, de 17/10/1990, grifo nosso).

O trecho acima é de matéria assinada por Eduardo Oinegue e Expedito Filho. Nesse excerto, e em vários outros da *Veja*, autores eximem-se da responsabilidade por (e das consequências ao) expor de maneira espetacularizada a vida privada de uma figura pública, como de Zélia Cardoso de Mello, pois, argumentam, se essa figura não mostrou “se esforçar em preservá-la”, então há evidente consentimento para sua exposição em sensacionalismo imprudente. É preciso dizer, novamente, o quão falacioso – e, até mesmo, tendencioso – é o argumento. Isso porque, diante da prevalência do interesse público-coletivo sobre o individual/privado, e mesmo diante do direito à informação, há que se perguntar, não como mera retórica, mas a partir da necessária responsabilidade social de meios públicos de comunicação, que é a garantidora de sua legitimidade¹⁶: a quem interessa isso? É certo que os critérios para caracterizar violação da privacidade de pessoa pública sejam diferentes daqueles necessários para proteger pessoas em diferentes profissões, cuja exposição e aparição públicas não façam parte de suas atividades: o chamado “ônus da suportabilidade” por pessoas públicas. Ainda sim, é necessário problematizar os modos como se exercita, socialmente, o direito de informar sobre a vida íntima de pessoas públicas¹⁷.

Por outro lado, a própria publicização de imagens de mulheres públicas pode ser vista como uma estratégia dessas mulheres e, portanto, em disputa – não somente sobre a publicidade, mas sobre a imagem mesma (e sobre a representação simbólica a ela associada). Durante o período da Ditadura Militar no Brasil¹⁸, por exemplo, quando muitos

¹⁶ Nesse sentido, Antonino Scalise argumenta, com base na jurisprudência italiana, que “a informação jornalística é legítima se preencher três requisitos cumulativos: o interesse social da notícia, a verdade do fato narrado e a continência da narração” (*apud* CARVALHO, 1999. pp. 235-236).

¹⁷ A esse respeito, cf. DOTTEI, 1980; CARVALHO, 1999.

¹⁸ O regime militar ditatorial foi instaurado no Brasil em 1 de abril de 1964, por meio de golpe militar que derrubou o governo do então presidente João “Jango” Goulart, que havia sido

políticos tiveram seus mandatos cassados pelo regime, foi comum esposas de Deputados Federais candidatarem-se a cargos públicos eletivos, submetendo ao público suas imagens e entrando na disputa sobre essa exposição e sobre seus significados e os efeitos sociais associados, como é registrado no trecho abaixo:

E o mais deprimente: entre os deputados federais cassados, estavam três das quatro mulheres da Câmara, inclusive a jovem e bela Lígia Doutel de Andrade, *sucessora política do marido*, ex-deputado também cassado, mãe há poucos dias. (...) Agora a única mulher na Câmara é Nocy Novais, também esposa de um deputado (Manuel Novais). (Veja 57, de 08/10/1969, grifo nosso).

Não somente ficam registradas as cassações, como também a naturalização de que as mulheres, ao concorrerem a cargos por seus maridos cassados, o façam para meramente seguir-lhes a carreira política. Essa maneira de construir e publicizar a narrativa invisibiliza a possibilidade de elas estarem construindo suas “próprias” carreiras – com uma agência distante da ingênua passividade –, ainda que essa agência esteja obviamente articulada à janela de oportunidade, aberta naquele contexto, de poderem suceder politicamente os maridos cassados. E essa possibilidade, de visibilizar a agência dessas mulheres, modificaria não o fato da sucessão, mas o modo como se diz e se vê que essas carreiras estão relacionadas a eles, os maridos: se são “próprias” porquanto autênticas¹⁹, mesmo que circunscritas ao contexto, e não se são determinadas pelo e a partir do domínio patriarcal, representado pelo (e medido a partir do) masculino universalizante²⁰.

Agudizando as complexas relações – e confusões – entre a esfera pública e a publicização da vida privada, torna-se emblemática a cobertura da *Veja*, na seção “Internacional”, da separação de Zulema Yoma de Menem do então presidente da

democraticamente eleito (primeiro como vice de Jânio Quadros, em 1960 e, diante de sua renúncia, assumindo como presidente – em regime parlamentarista, que dura até 1963 – em 8 de setembro de 1961). Marca-se o fim do período de ditadura militar quando da posse do candidato civil José Sarney no cargo de presidente, em 15 de março de 1985 – o que significa que a ditadura militar durou 21 anos. A nova Constituição Federal, no entanto, só foi outorgada em 1988.

¹⁹ Autenticidade, nesse caso, deve ser compreendida em termos da autonomia que se tem para reinventar a tradição, isto é, para agir socialmente. Ou, como Marshal Sahlins (1999, p. 409) observou, “(...) as tradições são inventadas nos termos específicos das pessoas que as constroem”.

²⁰ Anne Phillips (2011) argumenta que não há indivíduo neutro quanto ao gênero. Assim, quando as mulheres aparecem apenas na condição de cidadãs abstratas, apagam-se não apenas diferenças de classe, mas aquelas que podem ser diferenças ainda mais intransigentes, como a sexual e de gênero, quando “[as tradições liberal e de republicano cívico] insinuam o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma” (PHILLIPS, 2011. p. 341). Assim, essa bruma que envolve especificidades e identidades femininas presentes na sociedade contribui para a dominação da mulher pelo homem, para a não aparição da mulher no debate público e, até mesmo, para a invisibilização da própria autenticidade de sua agência.

Argentina, Carlos Menem. Em matéria de duas páginas, sob o título “*Guerra conjugal*”, *Veja* afirma que a “separação vira assunto de Estado na Argentina, e o presidente Menem manda expulsar a primeira-dama da residência oficial” já no subtítulo do texto, além de publicizar detalhes da relação do casal presidencial e do que foi, na realidade, a proibição de ela retornar à Quinta de Olivos, residência oficial, após ter pernoitado em seu apartamento próprio no Centro de Buenos Aires. Embora seja sabido que Menem tomou essa decisão no contexto em que Zulema fazia muitas críticas públicas a seu governo, a matéria invisibiliza a questão propriamente público-política e prefere afirmar que “ninguém no país ignora que o chefe de Estado é um mulherengo e que seu matrimônio com Zulema era apenas uma formalidade.” (*Veja* 1135, de 20/06/1990). Desse modo, *Veja* mostra de forma espetacularizada, em incontinente narrativa, o casamento de um chefe de Estado (e o fim dele), embaralhando questões da vida privada com ações relacionadas ao exercício público da política.

Seguindo o Tango, e sem mudar o tom, nos anos 2000 o casal Kirchner também figurou algumas vezes em matérias da revista *Veja*. Já não como protagonista de confusões ou escândalos conjugais, mas sim como alvo de crítica política por parte da revista. Nas matérias sobre o governo de Cristina, em muitos momentos o tom utilizado quer dar a entender que quem governava a Argentina era ele, Néstor, e não Cristina, a presidenta eleita. Clara demonstração de sexismo – ao supor que Cristina, e não a revista, é incapaz de estabelecer limites e distinções entre sua vida privada e seu cargo público – e, é claro, de descrença no governo de Cristina, o que explicita ainda mais que as posições ideológicas da *Veja* eram contrárias às do governo argentino da época.

Breves considerações finais

Os trechos escolhidos do material empírico servem, portanto, como amostra exemplar sobre o modo como a *Veja* enfoca, publiciza e consolida discursivamente a representação de mulheres que atuam na política. Observa-se, por fim, que nas quatro décadas analisadas há certa recorrência no modo de se referenciar às mulheres: de maneira corporificada, dando destaque a suas vidas privadas e afetivas e enquadrando-as em uma feminilidade universalizante e naturalizada. As referências acerca da vida afetiva das mulheres (sem considerar o registro de que a mulher é casada) aparecem em 27 matérias (14,7%), enquanto as menções sobre a aparência delas estão em 110 matérias (34,8%), do universo de 316.

E há ainda dois pontos a serem acrescentados, sobre a maneira como a *Veja* representa as mulheres na política: formas de construção do feminino que são desvantajosas para as mulheres, mesmo quando são apresentadas como algo positivo (por

exemplo, a beleza); e a ênfase nos estereótipos de gênero, que são mais mobilizados (ou se acentuam) para marcar aquelas que são “ideologicamente desviantes” (mais do que só desviantes pelo gênero). Se “a visibilidade ligada ao corpo aparece como marca negativa, caracterizando as mulheres como dissonantes diante do ideal de um debate livre de especificidades, particularidades e afetos.” (MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 182), é preocupante então que essas imagens de representação corporificada sejam recorrentes em todo o período analisado. Modificaram-se os adjetivos utilizados, mas o mecanismo de reprodução de referências ao corpo é padrão. Assim, a imagem da mulher acaba sendo degradada, mesmo quando não há o apelo a sexualidade.

A repetição da imagem da mulher como pertencente à esfera privada e, com isso, ligada a uma moral diferenciada e a comportamentos diferenciados, também vai contra a tentativa de colocar homens e mulheres em posições mais igualitárias (MOTA 2013, p. 89). Essas construções do feminino feitas pela *Veja* contribuem para a hierarquização da posição das mulheres na sociedade e muitas vezes criam expectativas que podem desdobrar-se em ônus à sua presença e visibilidade. Dessa maneira, as mulheres permanecendo como o Outro e estando a margem dos dois campos, o político e o midiático, sofrem diversos tipos de constrangimentos (estruturais e materiais) e têm menos espaços e meios para vocalizarem suas perspectivas e experiências – e serem escutadas.

Em segundo lugar, a ênfase no uso dos estereótipos perpassa a mídia como um todo, a jornalística e a de entretenimento. No entanto, o jornalismo enquanto forma de mediação do contato dos indivíduos com esferas e aspectos da vida que deveriam ser importantes (segundo os critérios do próprio jornalismo) (MOTA 2013, p. 90), presta assim um desserviço, pois esse contato acaba por ser contaminado. Ao invés de a mídia facilitar o acesso a informação sobre a atuação das mulheres no campo político, para contribuir com a democracia e com a fiscalização por parte da(o) cidadã(o) acerca do mandato de sua parlamentar, o jornalismo faz a cobertura sobre sua atuação a partir de sua vida privada, e não de sua ação política. Dessa maneira, além da pouca visibilidade, constrói formas de representar as mulheres que podem ser desvantajosas, culminando em ônus futuros e em empecilhos a suas carreiras políticas.

Foi no afã de problematizar – para evitar – que tais construções continuem sendo reproduzidas por meios de comunicação que deveriam legitimar-se pela veracidade do fato, pelo questionamento do interesse social frente ao noticiado e pela continência e pertinência de sua narrativa, que esse artigo foi escrito. Consideradas as implicações dos mecanismos de reprodução e das imagens por eles representadas, que descrevemos a partir do *copus* analítico indicado, é com esperança que se vislumbra algum futuro em que – caminhando no sentido da igualdade de gênero – não tenhamos mais relatos como esse:

Afinal, María Julia, filha do líder da direita argentina, Alvaro Alsogaray, sempre jogou no *time das feias*: adolescente *gorducha* e *desengonçada*, casou-se tarde, já na casa dos 30 anos e, aparentemente, só descobriu seus *atributos femininos* depois que Menem a nomeou interventora na Entel²¹, há um ano. (...) A virada foi fulminante: com o mesmo ímpeto que atacava as gorduras na empresa estatal, liquidou os quilinhos em excesso, encurtou o comprimento das saias - com nítida preferência pelos modelitos de couro vermelho - e se tornou frequentadora assídua das colunas sociais. (Veja 1141, de 01/08/1990, gritos nossos)²²

Referências Bibliográficas

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia [2011]. *Caleidoscópio Convexo*: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera [2002]. "Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler". Em: *Revista de Estudos Feministas*, vol. 10, n° 1, pp. 155-167. Florianópolis, 2002.

MOTA, Fernanda Ferreira [2010]. *Entre agenda eleitoral e a imagem pública*: a condição feminina nas eleições presidenciais de 2010. Dissertação de mestrado, Brasília, 2013.

BIROLI, Flávia [2010]. "Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos". Em: *Cadernos Pagu*, n° 34, janeiro - junho de 2010, pp. 269-299.

SAHLINS, Marshall [1999]. "Two or Three Things that I Know about Culture". Em: *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 5, n. 3, pp. 399-421. 1999. DOI: 10.2307/2661275. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2661275>>.

SABINO, Fernando [1991]. *Zélia, uma paixão*. Rio de Janeiro: Record, 1991. 267p. ISBN-10: 8501918504.

LUPTON, Deborah [2013]. *Fat*. [Shortcuts Series]. London: Routledge, 2013. 123p. ISBN-13: 978-0-415-52444-5.

DOTTI, René Ariel [1980]. *Proteção da vida privada e liberdade de informação*: possibilidades e limites. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1980. 299p. ISBN-13: 9788520300367.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de [1999]. *Direito de Informação e Liberdade de Expressão*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1999.

PHILLIPS, Anne [2011]. "O que há de errado com a democracia liberal?" Em: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n°6. Brasília, julho-dezembro de 2011, pp. 339-363.

²¹ Empresa Nacional de Telecomunicaciones (ENTel), da Argentina.

²² Em nosso juízo, essa foi a matéria que mais expôs, dentro do *corpus*, a imagem e a intimidade de uma mulher que atua no campo político. Com o título "Pantera Liberal", comenta sobre o fato de María Julia Alsogaray, assessora do então presidente da Argentina, Carlos Menem, ter feito um ensaio fotográfico sensual, publicado em uma revista argentina em meio a boatos de um romance entre ela e o presidente Menem. Fato que, aparentemente, lhes autorizaria a chamá-la de "desfrutável", como fazem.

PATEMAN, Carole [1989]. "Feminism Critiques of the Public/Private Dichotomy". Em: *The Disorder of Women. Democracy, Feminism and Political Theory*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1989. pp. 118-140.

OKIN, Susan Moller [2008]. "Gênero, o público e o privado". Em: *Revista Estudos Feministas*, vol. 16, n° 2. Florianópolis, maio/agosto 2008, pp. 305-332.